



Apresentação do Dossiê

O audiovisual brasileiro e as políticas públicas

Organização

Arthur Aufran^IUniversidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-4455-8105>Mannuela Ramos da Costa^{II}Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-3376-8230>Aletéia Selonk^{III}

Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual – FORCINE, Brasil

No campo dos estudos sobre o audiovisual, coube aos pesquisadores de cinema inaugurar as análises das relações com o Estado no Brasil, as quais possuíam conexões fortes com a discussão sobre as vicissitudes da nossa cinematografia no mercado e as dificuldades para a industrialização em um país na periferia do capitalismo. Esta tradição remonta a autores como Alex Vianny e Paulo Emílio Sales Gomes, mas que, de fato, se aprofundou nas últimas três décadas do século XX com os trabalhos de Jean-Claude Bernardet, José Mário Ortiz Ramos, Randal Johnson, Anita Simis, Tunico Amâncio e José Inácio de Melo Souza. Também é importante ressaltar autores pioneiros que trabalharam as relações entre televisão e Estado, tais como Sérgio Caparelli, Sérgio Mattos e Maria Elvira Bonavita Federico.

O presente dossiê da *Rebeca* surge em um momento tenso para o audiovisual brasileiro, o qual, mais uma vez, enfrenta poderosos interesses econômicos e culturais, desta feita ligados aos serviços estrangeiros de *streaming* que atuam no Brasil. O debate acerca do PL 8889/2017 continua na pauta, pois ele foi aprovado na Câmara Federal em uma versão desidratada e que vem sendo criticada por grande parte do meio

profissional e por estudiosos das políticas culturais. O projeto de lei encontra-se atualmente no Senado e há pouca esperança de grandes modificações, embora haja forte mobilização contrária de cineastas, pesquisadores, técnicos, etc.

A situação brasileira atual reflete em grande medida a estrutura econômica global do setor audiovisual, marcada por uma atuação em escala mundial das chamadas *big techs*. Esta situação atualiza duas grandes características que marcam a história do cinema brasileiro, segundo Jean-Claude Bernardet no clássico *Cinema brasileiro: propostas para uma história* (2009): (1) o mercado ocupado pelo produto estrangeiro, cujos representantes sempre buscam impedir de todas as formas leis protecionistas e que apresentam discursivamente este produto como de melhor qualidade e/ou da preferência do consumidor; (2) a ação do Estado visando criar um espaço para o filme nacional, mas com uma atuação tímida, pelos mais variados motivos, e pouco ligada à dimensão econômica da discussão.

Paralelamente, observa-se a atualização de práticas e debates em torno de agendas já consolidadas no campo audiovisual brasileiro, as quais se mostram particularmente reveladoras das dinâmicas contemporâneas do setor. Entre essas agendas, destacam-se as questões relativas à participação e ao desenvolvimento das diferentes regiões do país no ecossistema audiovisual nacional; à busca por maior equilíbrio entre distintos perfis de agentes e de produtos audiovisuais no âmbito dos dispositivos legais de regulação e fomento; às formas de articulação, ou à ausência delas, entre os diversos segmentos do mercado; bem como ao papel das relações internacionais enquanto estratégias de cooperação simbólica e econômica.

Atenta ao contexto, a editoria da *Rebeca* convidou-nos para organizar o Dossiê *O audiovisual brasileiro e as políticas públicas*, cujos textos abordam com grande profundidade diversas questões atinentes ao quadro complexo com os quais nos defrontamos na atualidade.

É consenso na literatura, e nos círculos acadêmicos e políticos de debate, que políticas públicas devem ser baseadas em evidências, por meio da verificação sistemática de suas premissas, escopo e resultados (Arretche, 2003; Costa; Castanhar, 2003). Os artigos que compõem o Dossiê compartilham estas características, além de, em alguns casos, avançar proposições. Eles demonstram o grau de desenvolvimento na universidade brasileira dos estudos sobre as políticas públicas para o audiovisual, desenvolvimento este que se caracteriza pela verticalidade das análises, pela variedade das questões enfocadas, pelo diálogo com diversos autores estrangeiros de proa, pela utilização de dados primários de diversos tipos e pela relação profunda com autores



nacionais, e não apenas do audiovisual e da comunicação.

O Dossiê é integrado por 11 artigos, um manifesto, uma entrevista e uma resenha de um livro publicado recentemente.

O tema do trabalho no campo audiovisual mereceu a atenção de três artigos, o que é algo deveras importante. Até poucos anos atrás, esta questão era quase inexplorada entre nós, constituindo-se em uma exceção os apontamentos que Bernardet fez, no final dos anos 1970, sobre o “surgimento de um proletariado cinematográfico” (2009, p. 133)¹. O artigo *O trabalho no audiovisual brasileiro: precarização e plataformização*, de Leonardo de Souza Moura, com base em entrevistas com profissionais do audiovisual, analisa as condições de trabalho diante de um quadro marcado pela presença das plataformas de *streaming*. Problemas como a “pejotização”, a ação frágil dos sindicatos e a sobrecarga de trabalho foram evidenciados no texto, que aponta para estas, dentre outras, como características estruturais no setor. *Trabalhar on demand: A (des)regulação do trabalho em audiovisual no Brasil e os impasses das políticas culturais*, de Bruno Casalotti, destaca em seu enfoque os profissionais ligados aos setores técnicos no âmbito de uma equipe, salienta a importância das políticas no campo da cultura para o aumento de oportunidades de trabalho no audiovisual, ao mesmo tempo que constata a predominância de relações frágeis e condições inadequadas de trabalho, algumas nos mesmos moldes do artigo anterior (“pejotização”, sobrecarga, etc.). Já *Onde estão as pessoas que trabalham? Dados oficiais de trabalho no setor audiovisual nacional*, de Débora Taño, procede o levantamento de dados sobre o trabalho no setor audiovisual tendo por base fontes como o IBGE e o Ministério do Trabalho e Emprego; a análise empreendida pela autora mais uma vez indica para o fenômeno da “pejotização”. Ademais, o artigo também aponta para a falta de atenção das políticas culturais em relação aos problemas relacionados às condições de trabalho dos profissionais da área.

Como não poderia deixar de ser, há artigos que analisam as transformações da atividade audiovisual no Brasil em decorrência das políticas públicas implementadas desde o início dos anos 2000. Conforme já assinalou Ana Paula Sousa, a MP 2228-1 – que dentre diversas medidas, criou a Ancine (Agência Nacional do Cinema) e o Conselho Superior de Cinema –, a instituição do FSA (Fundo Setorial do Audiovisual), em 2006, e a chamada Lei da TV Paga, de 2011, estimularam “um novo ciclo de desenvolvimento do cinema nacional”, que pode ser aferido pelo crescimento da

¹ A primeira edição de *Cinema brasileiro: propostas para uma história* data de 1979.





produção de longas-metragens: de 30 em 2001, para 144 em 2016 (Sousa, 2022 p. 196). Marcelo Ikeda, em *O paradoxo da descentralização: como a Classificação de Nível concentra recursos no audiovisual brasileiro*, discorre acerca da importância do FSA para desconcentrar a produção em termos geográficos, mas não deixa de criticar a classificação aplicada às produtoras, a qual possibilita a reincidência de uma forma de concentração ao destinar mais recursos a um número pequeno de empresas – ainda que estas se localizem fora do eixo Rio - São Paulo.

O texto *Políticas do audiovisual brasileiro: um caminho para pensar a potência da multacentralidade na criação e na produção audiovisual contemporânea*, de Samantha Ribeiro de Oliveira, disserta sobre as políticas públicas para o cinema no século XXI, destacando aquelas que estimularam a descentralização geográfica; bem como busca articular o surgimento de novas poéticas cinematográficas em alguns dos novos espaços de produção com estas políticas. Já *Do artesanato à indústria: a Lei da TV Paga e o amadurecimento da animação brasileira em Historietas assombradas*, de Roberto Tietzmann e Taís de Barros, com base em um estudo de caso busca demonstrar a importância da Lei da TV Paga para o desenvolvimento da animação no país, pois ela estimulou que muitos cineastas conseguissem passar de uma condição de produção absolutamente incerta, do ponto de vista econômico, para um modo de produção vinculado a grupos de exibição na TV a cabo, como, por exemplo, o realizador de *Historietas assombradas*, Victor-Hugo Borges.

Financiamento federal e resultados de bilheteria: uma análise do audiovisual cinematográfico independente brasileiro, de autoria de Carlos Gustavo Ramos Silva, Agnes de Sousa Arruda e Alexandre Wagner Silva Hilsdorf, compara o desempenho nas salas de cinema de longas-metragens produzidos somente com recursos do fomento federal indireto, em especial a Lei do Audiovisual, com aqueles produzidos exclusivamente com recursos do FSA, um tipo de fomento direto, ficando demonstrado pelos dados levantados e trabalhados analiticamente que, no campo das ficções e das animações, há uma tendência clara de as obras com maior público se concentrarem na primeira opção.

Segundo Néstor García Canclini, “Em vez de nos restringir ao dilema Estado *versus* mercado, é preciso conceber políticas que coordenem os diversos atores participantes da geração e intermediação cultural” (Canclini, 2008, p. 189). É nesse sentido que um conjunto de artigos do Dossiê se propõe a indicar potencialidades das políticas públicas. O artigo de Cristiano Max Pereira Pinheiro, Fernanda Klauk, Thomás Czrnhak, Gabriel Manzoni Ferri, Milena Cherutti, Felipe Zanini e Francisco Marianoff de



Castro, intitulado *The contributions of a cluster policy for audiovisual firms*, baseia-se no estudo de caso de uma empresa ligada ao cluster *GameRS* e busca demonstrar que esta forma de organização potencializa um tipo de atividade, como a audiovisual, que envolve grande especialização, internacionalização e rede contatos, entre outras necessidades. A partir daí, os autores defendem uma política de formação de *clusters* para o setor audiovisual.

O texto *Políticas de circulação e difusão audiovisual: assimetrias e estratégias do cinema brasileiro no espaço latino-americano*, de Carla Daniela Rabelo Rodrigues, analisa a ampliação de concepções sobre mediação do produto audiovisual junto ao público, que, se antes, eram muito marcadas por um viés estritamente econômico, nos últimos anos, vêm sendo ampliadas de maneira a levar em conta o impacto cultural, gerando, inclusive, uma utilização das noções de circulação e difusão ao invés de distribuição e exibição. A autora defende a necessidade de políticas conjuntas entre os países que integram a América Latina a fim de fortalecer suas cinematografias frente às empresas transnacionais. Também se relaciona com a potencialidade das políticas públicas o artigo *O documentário na televisão: a reforma da Cosip e suas consequências para o mercado audiovisual francês*, de Teresa Noll Trindade, que discorre acerca da bem sucedida alteração na legislação da França de apoio aos documentários realizados para a televisão, chamando atenção para a necessidade de no Brasil atentarmos para esta experiência, posto que, por aqui, os documentários têm encontrado enorme dificuldade de lograr público significativo nas salas de cinema.

Finalmente, o artigo *(Des)conexões possíveis: o caso da parceria da Filmes de Plástico com a Netflix*, de Sheila Schvarzman e Lia Bahia, aborda a recente aliança da mais importante plataforma de *streaming* do mercado mundial com uma pequena produtora independente brasileira que vem realizando alguns dos filmes mais instigantes da nossa cinematografia. O artigo procura compreender as lógicas e os interesses da plataforma *Netflix* e da produtora *Filmes de Plástico* nesta associação.

Na seção *Fora de Quadro*, o leitor pode encontrar o manifesto *Contribuições de Pesquisadores do Audiovisual Brasileiro pela Regulação do VOD no Brasil*, assinado por 17 estudiosos das políticas públicas para o audiovisual ligados a 12 universidades. Este documento busca fazer uma contribuição qualificada para o debate público acerca da legislação de regulamentação do *streaming* no país, a qual, como indicamos mais acima, talvez seja aprovada no Congresso com um texto que fragiliza a cadeia produtiva do audiovisual brasileiro e não condiz com os interesses nacionais.

Na seção *Entrevistas*, publicamos o depoimento que Felipe Macedo concedeu



a Fernanda Parrado. Com longa trajetória na militância cultural e política, Felipe Macedo rememora o seu trabalho no âmbito do cineclubismo, com destaque para a *Dinafilme*, importante experiência de distribuidora voltada para o circuito alternativo. Também é de se salientar a visão crítica de Felipe Macedo acerca da política cultural dos governos do PT (Partido dos Trabalhadores) na esfera federal. Na seção dedicada às resenhas, o Dossiê conta com o texto escrito por Jordana Marques Nunes em torno do livro *Diplomacia cultural e o cinema brasileiro*, de Manuela Fetter Nicoletti.

O presente Dossiê da *Rebeca* apresenta um amplo espectro de abordagens das políticas públicas para o audiovisual, percorrendo as mais variadas questões, abordando diversas teorias e expondo pontos de vista bem diversos. Esperamos que seja uma contribuição relevante para o momento crucial que experimentamos no audiovisual brasileiro.

Referências

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100001>. Acesso em: 31 dez. 2025.

BERNARDET, Jean-Claude. **Cinema brasileiro: propostas para uma história**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./out. 2003. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6509>. Acesso em: 31 dez. 2025.

SOUSA, Ana Paula. **O cinema que não se vê: a guerra política por trás da produção de filmes brasileiros no século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.





^I Arthur Autran

Doutor pelo Instituto de Artes da Unicamp, é Professor Titular junto ao Departamento de Artes e Comunicação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Desde 2014 lidera o Grupo de Pesquisa Cinema e Audiovisual na América Latina: Economia e Estética. Foi membro do Conselho da Cinemateca Brasileira (2003-2016) e atualmente integra a Sociedade de Amigos da Cinemateca.

E-mail: autran@ufscar.br

^{II} Mannuela Ramos da Costa

Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com estágio sanduíche na Paris 3/Sorbonne Nouvelle (França). É professora no Curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e realizadora audiovisual, sócia da Plano 9 (PE).

E-mail: manuela.costa@ufpe.br

^{III} Aletéia Selonk

Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com passagem pela Sorbonne. Dedicou-se à docência por 20 anos e em 2024 fundou o Instituto Akamani, espaço dedicado à formação audiovisual e à criação de comunidades profissionais. Esta na presidência do Siav - Sindicato da Indústria Audiovisual do RS, integra o Conselho de Representantes do Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual - FORCINE, o + Mulheres Audiovisual, e é membro titular do Conselho Superior de Cinema.

E-mail: aleteia@okna.com.br